
O movimento entre a informação e o conhecimento

CLEUSA MARIA ALVES DE MATOS (Uningá)¹

RESUMO

A multiplicidade de informações que recebemos atualmente, sob diversas áreas tecnológicas, sociais e culturais, parece que está provocando a desinformação na sociedade. Às vezes, consultamos o dicionário para compreender melhor o conceito de informação e de conhecimento, mas a definição, simplesmente, nos remete para outras palavras, ou seja, para outros signos. A definição de conhecimento e de informação mudou em virtude dos movimentos de mudanças mundiais que atuam como pontes para o futuro, bem como rupturas com o passado. O objetivo desse texto é apresentar alguns conceitos teóricos sobre os termos informação e conhecimento. Segundo alguns pesquisadores, o conhecimento não é a posse pessoal de informação com a finalidade de afirmar, reconhecer ou legitimizar o poder. Os autores que fundamentam essa discussão teórica consideram que informação é um fluxo de mensagens, enquanto o conhecimento é criado por esse fluxo de informação, ancorado nas crenças e no compromisso de cada indivíduo, refletindo na ação humana.

Palavras-chave: Informação. Conhecimento. Linguagem.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há tempos, desde a Grécia antiga até nossos dias, assistimos à oscilação da ciência caracterizada por momentos de estabilização e de rupturas. Participamos dessas mudanças quando discorremos sobre questões do racionalismo *versus* empirismo *versus* construtivismo ou quando confrontamos ciência antiga com a ciência moderna. Esse movimento descontínuo nos aponta para diferentes maneiras de conhecer, elaborar e construir novos conceitos, segundo Kuhn (2000), novos paradigmas, e para Foucault (2002), novas epistemes, que exprimem significativas transformações que refletem nas

¹ Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Docente Mestre em METEP, LINGÜÍSTICA e DIDÁTICA na UNINGÁ – Maringá-Pr.

* Texto apresentado no Seminário do CELLIP – Centro de Estudos Lingüísticos do Paraná, no segundo semestre de 2003.

diversas áreas tecnológicas, organizacionais, informacionais, culturais e sóciointeracionais.

A diversidade da caracterização e da interpretação desta nova ordem é proporcional a multiplicidades de abordagens científicas e filosóficas. Procuramos neste texto revisitar a literatura e conhecer as contribuições de alguns autores que discutem diferentes abordagens teórico-conceituais sobre informação e conhecimento.

Organizamos o texto em duas partes: na primeira, situamos a Filosofia da Linguagem no âmbito da Filosofia e das demais áreas que se preocupam com as questões sobre a linguagem. Alguns filósofos pós-modernos, pós-estruturalistas, tais como, Jaques Derrida, Giles Deleuze, Lyotard e Jean Baudrillard, começaram a se preocupar com os fenômenos sociais e humanos e desconstruíram o discurso filosófico sobre os valores ocidentais dos princípios e das concepções de Deus, Razão, Sujeito, Verdade, Ordem, Ciência, Ser. Para esses autores, desconstruir o discurso não significa destruí-lo, nem mostrar como foi construído, mas refletir sobre o não-dito por trás do que foi dito, buscar o silenciado (reprimido) sob o que foi falado.

Em seguida, apresentamos algumas considerações sobre a preocupação de alguns teóricos em definir o conceito de conhecimento e informação sob diferentes áreas de conhecimento. Encontramos pontos de vista divergentes entre as discussões propostas e o conceito, o qual procuramos, simplesmente, nos remeter a outros estudos.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM

A Filosofia da Linguagem consiste num dos ramos da Filosofia, que reflete sobre os problemas da linguagem, mas de modo distinto das questões que se ocupam os gramáticos, os psicólogos e os antropólogos. Alston (1972) apresenta um levantamento das várias questões que interferem para que esta se defina, justificando que não há critérios nítidos para manter um princípio de unidade como na maioria dos outros ramos da Filosofia.

Aurox (1998) também reflete sobre diferentes abordagens que a literatura dedica à Filosofia da Linguagem e expõe algumas questões que referenciam o seu processo histórico e à atribuição de um lugar central às Ciências da Linguagem. Em linhas gerais, ele argumenta que, ao tentar compreender a Filosofia da Linguagem, estamos refletindo a Filosofia e acrescenta que “a filosofia não é nem um pronto pensar nem uma apresentação de doutrinas standardizadas; ela consiste antes de tudo em mexer com a cabeça das pessoas!” (AUROUX, 1998, p. 24).

Dentro de um quadro geral da Filosofia, segundo Alston (1972), o interesse pelos problemas da linguagem surge a partir de diversas fontes, a considerar: a) *A metafísica*: é a parte da Filosofia que se caracteriza, em suas linhas gerais, como uma tentativa para formular os fatos mais genericamente universais, incluindo uma enumeração das categorias mais básicas a que pertencem as entidades e alguma representação de suas inter-relações. Sempre houve filósofos que tentaram chegar a alguns desses fatos fundamentais considerando os aspectos básicos da linguagem que usamos para falar sobre o mundo. b) *A lógica*: outro ramo da Filosofia em que o interesse pela linguagem tem lugar preponderante e dedica-se ao estudo da inferência; mais precisamente, é a tentativa de criação de critérios para distinguir as inferências válidas das inválidas.

Como o raciocínio se efetua pela linguagem, a análise das inferências depende da análise dos enunciados que figuram como premissas e conclusões. O estudo da lógica revela o fato de que a validade ou a invalidade de uma inferência depende das formas dos enunciados, que compõem as premissas e a conclusão, entendendo-se por "forma" as espécies de termos que os enunciados contêm e o modo como esses termos estão combinados no enunciado. Assim, de duas inferências que superficialmente parecem muito semelhantes, uma poderá ser válida e a outra inválida por causa de uma diferença na forma de um ou mais dos enunciados envolvidos. c) *A epistemologia*: é o ramo da Filosofia, conhecido também como Teoria do Conhecimento, que envolve a linguagem em certos pontos, sendo o mais importante o problema do conhecimento *a priori*. Temos um conhecimento apriorístico quando sabemos algo sem que esse "algo" esteja fundamentado na experiência. Parece um conhecimento muito aplicado na matemática, mas também em outras áreas.

Tendo em vista alguns aspectos da filosofia de modo geral, tanto da lógica, quanto da metafísica, quanto da epistemologia, o qual foi objeto de preocupação (de alguma forma), no entanto, não será objeto de discussão. A questão central que nos propomos a refletir – conhecimento X informação – está intimamente ligada à análise conceitual, e esta, por sua vez, está sempre interessada na linguagem.

Alston (1972) reflete sobre uma outra questão que diz respeito à noção de que a tarefa primordial, senão integral, da Filosofia consiste na análise conceitual. A análise de conceitos básicos foi sempre uma preocupação dominante dos filósofos. Tradicionalmente, tem-se considerado, por mais importante que seja essa atividade, é ainda preliminar às tarefas básicas do filósofo - as de chegar a uma concepção adequada da estrutura fundamental do mundo e a um adequado conjunto de normas para a conduta e organização social humanas. Mas, em nosso tempo, vem-se fixando a convicção de que o método usado na Filosofia, que pode ser sucintamente definido como reflexões, não é realmente suficiente para produzir quaisquer conclusões substantivas sobre a natureza do mundo ou as condições em que a vida é bem ou mal vivida. Parte da tarefa do filósofo é fazer ressaltar as características do uso ou da significação de várias palavras ou formas de enunciado. Isso se torna ainda mais importante quando os filósofos analíticos se envolvem em persistentes debates sobre o que uma certa palavra significa ou se duas expressões ou formas de expressão têm o mesmo ou diferente significado. Quando tais discussões não são resolvidas pelo senso intuitivo do que significam as expressões lingüísticas, o filósofo é forçado a desenvolver alguma teoria explícita do que significa para uma expressão lingüística ter um determinado sentido, e das condições em que duas expressões terão a mesma significação. Assim, à medida que a Filosofia é concebida, primordialmente, como análise conceitual, a filosofia da linguagem ocupa uma posição central na teoria do método filosófico. Tendo esse rápido delineamento, passemos, agora, ao foco central de nosso texto.

INFORMAÇÃO X CONHECIMENTO

A consulta ao dicionário talvez ajude a compreender melhor as questões de conhecimento e de informação. Quando consultamos uma palavra no dicionário,

encontramos uma definição ou um sinônimo daquela palavra. Em nenhum dos casos, o dicionário simplesmente apresenta a “coisa” mesma ou o “conceito”. A definição simplesmente nos remete para outras palavras, ou seja, para outros signos. A presença daquilo que procuramos é indefinitivamente adiada: ela só existe como traço de uma presença que nunca se concretiza. Além disso, na impossibilidade da presença, um determinado signo só é o que é porque ele não é um outro, nem outro. O dicionário, na maioria das vezes, atua como mediador de conceitos e nos direciona a compreender tais conceitos com base em outros que já conhecemos.

Bauer (2000) reconhece que a definição de conhecimento mudou em virtude dos movimentos de mudanças mundiais e que atuam como pontes para o futuro, bem como rupturas com o passado. Seguindo ele, o conhecimento não é a posse pessoal de informação com a finalidade de afirmar, reconhecer ou legitimizar o poder. Conhecimento é o uso mediatizado da informação. E acrescenta:

O conhecimento é, principalmente, aberto, no sentido de que ele se torna conhecimento (somente) quando é mediatizado. O momento comunicativo na geração do conhecimento evidencia muito bem a principal abertura para aquilo que sabemos. Isto é decisivo na questão do sobre-fluxo de informação (sobre-fluxo de conhecimento), que é típico em uma sociedade de informação e conhecimento. O conhecimento de nosso tempo reflete a comunicação de nosso tempo. E a comunicação do tempo constrói conhecimento, o qual é necessário pelo tempo para sua auto-definição. Esta é uma perspectiva causadora de alívio (BAUER, 2000, p. 24).

Os movimentos de paradigmas impulsionam ao surgimento de novos recursos de produção cultural da sociedade, que dependam cada vez menos da produção material e industrial e desafia cada vez mais a informação como um recurso auto-civilizatório modificando. Assim, a análise conceitual dos termos aqui discutidos, Bauer considera que o conhecimento é mediatizado, não só pela escrita, mas pela informação, quando esta deixa de ser posse individual, em cada contexto histórico.

Sveiby, entre as décadas de 40 e 50, constrói sua teoria do conhecimento com base na teoria de Piaget, e usa o termo “processo do saber” para descrever a maneira como se adquire e como são gerados os conhecimentos. Para o autor, o conhecimento não pode ser destacado de seu contexto, sendo uma habilidade reconhecida ou uma capacidade que se manifesta no modo de agir sobre a realidade. Essa competência é projetada numa ação concreta que inclui os saberes cristalizados em ações. Nesse aspecto, podemos observar que o conhecimento não se encontra detido no ser humano, pois são avaliados fora da pessoa, na sociedade, através de comprovação por meio das ações na sociedade, na economia, na tecnologia, na filosofia, nas artes etc.

Nonaka e Takeuchi (1997) distinguem duas formas de conhecimento: o explícito e o tácito. Para os autores, o conhecimento explícito, em seu sentido lato, pode ser empregado como sinônimo de informações, algo formal e sistemático. É o conhecimento dos fatos e é adquirido pela informação, quase sempre pela educação formal, de modo facilmente comunicado e compartilhado. O conhecimento tácito, por sua vez, abrange as habilidades desenvolvidas por meio cognitivo, algo dificilmente visível e exprimível. É altamente pessoal e difícil de formalizar. Está profundamente ligado, enraizado nas ações e experiências de um indivíduo, bem como suas emoções, valores e ideais.

Segundo os autores, há diferenças e semelhanças entre conhecimento e informação:

Primeira, o conhecimento, ao contrário da informação, diz respeito a crenças e compromissos. O conhecimento é uma função de uma atitude, perspectiva ou intenção específica. Segunda, o conhecimento, ao contrário da informação, está relacionado à ação. É sempre o conhecimento “com algum fim”. E terceira, o conhecimento, como a informação, diz respeito ao significado. É específico ao contexto e relacional (NONAKA e TAKEUCHE, 1997, p. 63).

Retomando as considerações de Syeiby (1998) e as de Nonaka e Takeuchi (1997), observamos que o conhecimento é representado estrategicamente por meio das ações processadas e compartilhadas pelo homem para organizar a sociedade e produzir novas formas de conhecimento. Esses autores acreditam, ou têm a ilusão de acreditar, que a informação é um artefato, um dado estável que se apresenta como um recorte do conhecimento. E supõem que sendo um dado, quando acessado ou distribuído de alguma forma, propicia constituir o que lhe é designado: produzir conhecimento. No entanto, há um equívoco, pois a informação – veiculada pela linguagem – não apresenta garantia de estabilidade. De acordo com Derrida (1991), o conceito é indefinido e há deslocamento toda vez que o signo é apresentado. Supor que o conhecimento é adquirido pela informação é algo ilusório.

Luckesi (1996) tenta aproxima-se do questionamento: o que é o conhecimento? Procura respondê-lo afirmando que o conhecimento é a explicação/elucidação da realidade e decorre de um esforço de investigação para descobrir aquilo que está oculto, que não está compreendido ainda. Só depois de compreendido em seu modo de ser é que um objeto pode ser considerado conhecido. Adquirir conhecimentos não é compreender a realidade retendo informações, mas utilizando-se destas para desvendar o novo e avançar, porque, quanto mais competente for o entendimento do mundo, mais satisfatória será a ação do sujeito que a detém.

Dada a exposição de Luckesi, podemos analisar que o conhecimento e a informação não podem ser compreendidos, pois, fora dos sistemas de significação. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que os compõem. Dizer isso não significa, entretanto, que eles são determinados pelos sistemas discursivos que lhes dão definição. Desta forma, a linguagem é entendida aqui como uma estrutura instável. Ou, em outras palavras, Derrida (1991), teórico pós-estruturalista, tenta nos dizer (se isso quer, também, dizer algo) que a linguagem vacila.

Como um ato lingüístico, o conhecimento e a informação estão sujeitos a certas propriedades que caracterizam a linguagem em geral. Segundo o lingüista Saussure, a linguagem é um sistema de diferenças. Os signos que constituem uma língua não têm nenhum valor absoluto em si; não fazem sentidos, se considerados isoladamente. Ao considerarmos apenas o aspecto material de um signo, seu aspecto gráfico ou fonético, não encontramos nele nada intrínseco que remeta àquela coisa que reconhecemos como sendo uma palavra. O mesmo ocorre se considerarmos o significado, que constitui um determinado signo, isto é, se considerarmos seu aspecto conceitual.

Essa indeterminação da linguagem decorre de uma característica fundamental do signo. O signo é um sinal, um traço que está no lugar de uma outra coisa, que pode ser um objeto concreto, ou um conceito abstrato. Na linguagem filosófica de Derrida,

poderíamos dizer que o signo não é uma presença, ou seja, a coisa ou o conceito não está presente no signo; é um rastro. Mas a natureza da linguagem é tal que não podemos deixar de ter a ilusão de ver o signo como uma presença, isto é, de ver no signo a presença da “coisa” ou do “conceito”. É a isso que Derrida (2000) chama de “metafísica da presença”. Essa ilusão é necessária para que o signo funcione como tal: afinal, o signo está no lugar de alguma outra coisa e, embora na plena presença do signo, o conceito de algo é definitivamente adiado. Para ele, o signo carrega não apenas o traço daquilo que o substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença. Em suma, o signo é caracterizado pelo adiamento (da presença) e pela diferença (relativamente a outros signos). Essas duas características estão sintetizadas no conceito de *différance* (DERRIDA, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçamos alguns pressupostos sobre o que é conhecimento e o que é informação. A história da filosofia epistemológica desde o período grego pode ser vista como um processo de resposta a esta pergunta: O que é conhecimento e o que é informação? Apesar das diferenças fundamentais entre o racionalismo e o empirismo, os filósofos ocidentais, em geral, concordam que a definição está longe de ser perfeita em termos lógicos. O racionalismo argumenta que o verdadeiro conhecimento não é produto da experiência sensorial, que existe um conhecimento *a priori* e estabelece a verdade absoluta em argumentos racionais. Por outro lado, o empirismo alega que não existe conhecimento *a priori* e que a única fonte de conhecimento é a experiência sensorial, baseada na visão intrinsecamente objetiva, mesmo quando se tem uma percepção ilusória.

Traçamos também uma linha de pensamento referente ao tema, tratado por pensadores do século XX. A partir disso, podemos dizer que, embora os termos informação e conhecimento para o teórico Toffler sejam usados como sinônimos e intercambiáveis, para Nonaka e Takeuchi são dissociados, mas ainda atrelados a algo posto *a priori*. Segundo esses autores, informação é um fluxo de mensagens, enquanto o conhecimento é criado por esse fluxo de informação, ancorado nas crenças e no compromisso de cada indivíduo, tornando-se essencialmente relacionado com a ação humana.

Na filosofia ocidental, o indivíduo é o principal agente, o que possui e processa o conhecimento. Alguns autores, cada qual a seu modo, anunciam uma infinidade de classificações e de conceitos para anunciar a chegada de uma nova ordem na economia e na sociedade. Toffler, Nonaka e Takeuchi, Sveby compartilham a visão semelhante de que o poder capitalista da sociedade moderna está cada vez mais na capacidade intelectual do que em seus bens, instalações e equipamentos.

Consideramos que as questões em torno da linguagem reúnem muitas discussões de pontos de vista muito diferentes, e não é possível configurar ou refletir sobre os tópicos da linguagem sem delimitar uma orientação específica. A Filosofia da Linguagem pôde intervir nas questões da análise conceptual que apresentamos e as contribuições de Derrida, de Luckesi, de Alston, de Auroux e de outros nos auxiliaram a elaborar algumas das reflexões apresentadas nesse texto.

REFERÊNCIAS

- ALSTON, Willian P. **A filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar. 1972.
- AUROUX, Sylvan. **A filosofia da linguagem**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BAUER, Thomas A. **Sociedade de informação: desafios e riscos para os discursos públicos da sociedade**. Tradução de Beatriz Galves. Disponível em: <<http://www.cisc.org/biblioteca/sint-bauer.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2003.
- CARVALHO, Isabel C. L.; KANISKI Ana L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para quê e para quem? **Revista Ciência Informação**. Brasília, v.29, n.3, p.33-39, set./dez. 2000.
- DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Campinas: Papyrus, 1991.
- _____. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luís Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo, Perspectiva, 2000.
- LUCKESI, C. C.; PASSOS, E.S. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 1996.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa**. Harvard Business Review. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues e Priscila M. Celeste. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. (Orgs.). BALLY Charles e SECHEHAYE, Albert. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.
- SVEIBY, Karl E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Tradução de Luiz Euclides T. F. Filho. Rio de Janeiro: Campus. 1998.
- TOFFLER, Alvin. **A terceira onda: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. Tradução de João Távora. Rio de Janeiro: Record, 1980.

